

Psicologia Social no campo das políticas públicas: oficinas estéticas e reinvenção de caminhos

Social Psychology in the field of public policy: aesthetic workshops and reinvention of pathways

<http://dx.doi.org/10.5007/2178-4582.2015v49n1p17>

Alice Casanova dos Reis

Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil.

Andréa Vieira Zanella

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil

O presente artigo objetiva discutir alguns modos de atuação da Psicologia no campo das políticas públicas. As políticas públicas são problematizadas como formas de gestão da vida, nas quais a Psicologia historicamente desempenha uma função normativo-prescritiva. A partir da análise de experiências divulgadas na forma de artigos ou capítulos de livros, analisam-se práticas em Psicologia desenvolvidas nas políticas de saúde e assistência social, marcadas por uma ótica clássica de intervenção, contrapondo-as a práticas que se alicerçam em oficinas estéticas. Consideradas como dispositivo de intervenção psicossocial mediadas por atividades criadoras, as oficinas estéticas são desenvolvidas geralmente em contextos grupais e promovem o exercício de (co)autoria. Conclui-se que as oficinas estéticas caracterizam-se como possibilidade de atuação da Psicologia Social no campo das políticas públicas, pois ao potencializarem o exercício da criatividade, contribuem para a emergência de processos de singularização.

Palavras-chave: Psicologia Social - Políticas públicas - Oficinas estéticas.

This paper discusses some forms of psychological intervention in the field of public policy. Public policies are problematized as ways of managing life, in which psychology historically performs as a normative-prescriptive function. From the analysis of experiments published in forms of articles and book chapters, we analyze psychology practices in health and social care policies, which are marked by a classic optical intervention, in contrast to the practices grounded on aesthetic workshops. Considered as psychosocial intervention device and mediated by creative activities, aesthetic workshops are usually developed in contexts of groups, boosting the practice of co-authorship. It follows that aesthetic workshops are characterized as form of agency of social psychology in the field of public policy, given its potential to contribute to the processes of individuation by exercising creativity.

Keywords: Social Psychology - Public policies. Aesthetic workshops.

Introdução

As múltiplas relações entre Psicologia e políticas públicas têm sido objeto de pesquisas e diversos debates atualmente, pois a consolidação de um projeto de compromisso social da Psicologia vincula-se à inserção desse profissional no âmbito das ações governamentais. A partir dessa entrada, amplia-se o

acesso da população aos serviços de Psicologia, o que figura como um dos princípios do nosso atual Código de Ética (CFP, 2005).

As políticas públicas podem ser definidas como programas e ações do governo voltadas à resolução de diversos problemas enfrentados pela população, visando à garantia dos seus direitos fundamentais (PIRES, 2008). Ligadas fundamentalmente à construção do Estado democrático de direito, as políticas públicas constituem um novo campo de trabalho para os psicólogos. Hoje podemos pleitear a inserção em cargos públicos, previstos na composição das equipes no âmbito das UBS (Unidade Básica de Saúde), CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

Conforme Zurba (2012), neste novo mercado, o Estado passa a ser um regulador das práticas psicológicas, com impactos, por exemplo, sobre a formação em Psicologia. Esta vem, então, procurando se (re)adequar, visando à capacitação de profissionais para atuar na área das políticas públicas. Mas qual seria ali o papel do psicólogo? Uma resposta dentre as possíveis define este profissional como “agente público e social, capaz de apoiar o aprimoramento do Estado e da sociedade e o desenvolvimento dos projetos de autonomia dos cidadãos” (PIRES, 2008, p. 147).

Na perspectiva de uma Psicologia Social crítica, o papel aí instituído ao psicólogo deve ser colocado sob suspeita, problematizando-se suas implicações, bem como os próprios efeitos das políticas públicas no que se refere ao governo das populações e gerenciamento dos modos de vida. Destarte, o presente artigo objetiva refletir sobre os lugares (im)possíveis da Psicologia Social no campo das políticas públicas, abordando as oficinas estéticas como uma via de atuação. Dada a especificidade e complexidade dos vários contextos de trabalho que aí se configuram (saúde, assistência social, educação etc.), cabe inicialmente questionar: quais modos de atuação estão aí colocados? A partir de que olhar/perspectiva os profissionais estão atuando nas políticas públicas?

Diversos estudos criticam a simples transposição dos serviços *psi* tradicionais ao campo das políticas públicas, cujo modelo clínico e práticas individualizantes não dão conta das demandas que lhes são próprias (BENEVIDES, 2005; CRUZ, 2009; AMARAL, GONÇALVES; SERPA, 2012). Como reiteram Macedo e Dimenstein (2009), esse ainda é o modelo hegemônico, embora outros modos de atuação venham sendo construídos no sentido de conceber a intervenção do psicólogo como campo de possibilidades, pautado em práticas coletivas com maior participação de usuários e da comunidade.

As políticas públicas configuram novos espaços de atuação para a Psicologia, mas não predizem exatamente como os profissionais irão ocupá-los. Neste campo em construção, o psicólogo é um participante ativo, pois a partir da interpretação dos textos das políticas públicas e das necessidades emergentes no contexto específico em que atua, vai criando seus modos de atuação e, assim, reinventando sua prática (BRIGAGÃO, NASCIMENTO; SPINK, 2011). Suas ações devem, então, ser concebidas não apenas no plano técnico, mas sobretudo no ético-político, pois implicam escolhas que operam efeitos na (re)produção de práticas discursivas e dos modos de subjetivação.

O campo das políticas públicas e a gestão da vida

As políticas públicas são resultantes da construção do Estado moderno. Desde uma perspectiva foucaultiana, diversos autores/as têm analisado as políticas públicas como uma forma de intervenção típica do Estado moderno sobre a vida da população, visando gerir seus modos de existência (COIMBRA, 2009; FREZZA, MARASCHIN; SANTOS, 2009; MACEDO; DIMENSTEIN, 2009; GUARESCHI, LARA; ADEGAS, 2010). Analisam-se a seguir alguns aspectos históricos e políticos importantes para compreendermos a constituição das políticas públicas como forma de gestão da vida.

Um marco sempre citado na emergência do Estado moderno é a Revolução Francesa. Ela desafia o poder soberano, característico dos Estados absolutistas, em defesa dos ideais da burguesia, que proclamava os direitos universais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Durante a Revolução, é promulgada em 1789 a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, que estabelecia os direitos civis e políticos, contribuindo à formulação da concepção moderna de sujeito de direitos. Tal noção foi significativamente aprimorada com a “Declaração dos Direitos Humanos Universais”, de 1948, que acrescia ao sujeito os direitos econômicos, sociais e culturais. Tal declaração imputa à esfera estatal a responsabilidade de desenvolver políticas públicas em resposta às necessidades sociais das pessoas, ampliando-se, a partir daí, os investimentos do Estado na vida da população (FREZZA, MARSCHIN; SANTOS, 2009).

No Brasil, após os anos negros da ditadura militar, o processo de redemocratização legitima-se com a promulgação da Constituição Federal de 1988, onde são garantidos, ou ao menos previstos em lei, os direitos civis, sociais, políticos, econômicos e culturais do cidadão brasileiro. Dentre os direitos sociais, citam-se no artigo 6º da Carta Magna o direito à saúde, educação, trabalho, alimentação, proteção à infância e à maternidade, assistência aos desamparados, entre outros. A fim de viabilizar tais direitos, o Estado - em

parceria com outras instituições - formula e implementa políticas públicas: planos, programas e ações que repercutem sobre a vida dos cidadãos. O Plano Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), que prevê uma série de programas e ações na área da assistência social é um exemplo, além de outros sobre os quais se falará mais adiante.

Antes de entrar na questão das políticas públicas específicas em que atua o psicólogo, cabe discutir a lógica que as sustenta e as relações de força aí postas em jogo. Segundo analisam Guareschi, Lara e Adegas (2010), as políticas públicas fazem parte do processo de governo da sociedade moderna, centrado no biopoder. A partir do referencial foucaultiano, explicam que o biopoder toma como alvo o ser humano e opera por meio de duas tecnologias: a disciplina e a biopolítica.

A disciplina se constitui entre os séculos XVII e XVIII, e refere-se à técnicas de poder que focam o corpo individual, visando adestrá-lo por meio de seu esquadramento, vigilância e controle de sua atividade. Como definido por Foucault (2000), em *Vigiar em Punir*, “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade; são o que podemos chamar as ‘disciplinas’” (Ibid., p. 118). O poder disciplinar age através de instituições como quartéis, escolas, hospitais e também por meio de campos de saber-poder normativos, que produzem efeitos disciplinares sobre o corpo-sujeito, com destaque para a medicina, a Psicologia e a educação.

A biopolítica, por sua vez, é tecnologia que foca o corpo-espécie, sendo voltada à gestão da vida, que passa a ser regulada por intervenções aplicadas à população, podendo-se citar como exemplos as campanhas de saúde, controles de natalidade/mortalidade etc. Além de apoiar-se na estatística e em outras ciências, a biopolítica sustenta-se em um saber médico-administrativo, essencial à formação de uma “economia social” que busca gerir as condições de vida da população, enquadrando-a “em uma série de prescrições que dizem respeito não só à doença, mas às formas gerais de existência e do comportamento (a alimentação e a bebida, a sexualidade e a fecundidade, a maneira de se vestir, a disposição ideal do *habitat*)” (FOUCAULT, 1999, p. 202).

Outro aspecto a ser considerado sobre as políticas públicas é que elas cumprem uma função compensatória, visando preencher a imensa fissura entre o ideal sistema jurídico de direitos e a realidade de profunda exclusão social, produzida pelo mercado econômico neoliberal. Esta análise é desenvolvida por Guareschi, Lara e Adegas (2010), que discutem os efeitos das

políticas públicas na constituição do sujeito, apontando o contraste entre o sujeito de direitos e o *homo economicus*:

Assim, as políticas públicas, ao se direcionarem para as pessoas que não conseguem acessar seus direitos mediante sua inserção no mercado econômico, estariam fortalecendo a fragmentação existente entre sujeito de direitos, usuário das políticas e sujeitos econômicos, capazes de sustentarem-se nas práticas econômicas (GUARESCHI; LARA; ADEGAS, 2010, p. 338).

Como se infere daí, mesmo políticas públicas que, em tese, são formuladas para a melhoria da vida da população, emergem como um analisador das linhas de forças histórico-sociais que forjam diferentes versões da mesma subjetividade maquínica, hegemônica em nossa sociedade capitalística (GUATTARI; ROLNIK, 1986). As políticas públicas se configurariam, então, como parte da maquinaria biopolítica, promovendo intervenções nos fenômenos da população, por meio de práticas discursivas dirigidas à reprodução de modos instituídos de ser, de se relacionar com os outros e consigo, ou seja, práticas sociais cujos efeitos de subjetivação passam a ser problematizados pela Psicologia Social.

Embora a ciência *psi* tenha surgido no século XIX com uma clara função adaptacionista e, desde então, traga a marca indelével de um saber-poder normativo a ditar/legitimar modelos de normalidade, saúde, etc., este papel vem sendo questionado, reconhecendo-se a necessidade da Psicologia se (re) inventar em um lugar outro. No que tange à seara das políticas públicas, o psicólogo certamente tem muito a contribuir, mas Coimbra (2009) lança um alerta para que sua entrada neste espaço não aconteça de modo ingênuo, tendo-se em mente que

[...]um lugar de poder instituído, como o aparelho de Estado, funciona segundo certas lógicas e que “ocupá-lo” é, na maior parte das vezes, servi-lo na condição de operador de seus dispositivos e, nesta condição, o operador não muda a máquina, ele a faz funcionar (Ibid., p. 170).

No campo das políticas públicas, assim como em qualquer contexto de atuação, é imprescindível ao psicólogo a análise de suas implicações, a reflexão acerca de suas vinculações institucionais, suas referências teóricas, sua posição política, suas escolhas ético-afetivas. Não apenas questionar seu contexto de atuação, mas igualmente pôr a si próprio em questão pode ser uma estratégia para reconhecer o lugar em que estamos colocados e vislumbrar aquele em que queremos estar enquanto profissionais atuantes nas políticas públicas.

Práticas *psi* nas políticas de saúde e assistência social

No debate acerca dos lugares (re)construídos pela Psicologia no âmbito das políticas sociais, nos restringimos ao campo da saúde pública e da assistência social. Previsto na Constituição de 1988, o SUS (Sistema Único de Saúde) é implementado apenas a partir da Lei 8.080/1990. No mesmo ano ocorre a promulgação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Todavia, a entrada da Psicologia no SUS faz parte de um cenário sócio-político mais amplo, que se configura ao longo da década 1990, quando se destacam os movimentos sociais, o movimento anti-manicomial e a reforma psiquiátrica (ZURBA, 2012).

A partir de então, há uma inserção crescente de psicólogos nas equipes multiprofissionais que atuam em UBS (Unidade Básica de Saúde), vinculadas ao PSF (Programa Saúde da Família), bem como na área da saúde mental, integrando o grupo de técnicos nos CAPS (Centro de Atenção Psicossocial). Acerca das interfaces entre a Psicologia e o SUS, Benevides (2005) constata a necessidade premente de modos de intervenção que ultrapassem os enquadres clássicos de uma clínica individual, bem como os enfoques em Psicologia Social que reproduzem a dicotomia indivíduo e sociedade. A autora critica a separação entre clínica e política, argumentando que é justamente nesta inter-relação que a Psicologia pode forjar vias no sentido de “ousar estabelecer na máquina do Estado, políticas de produção de autonomia e emancipação social” (BENEVIDES, 2005, p. 24).

Também partindo da crítica ao modelo clínico no campo da saúde pública, Amaral, Gonçalves e Serpa (2012) analisam a prática da Psicologia Comunitária e suas estratégias de intervenção, relatando a experiência vivida em uma USF (Unidade de Saúde da Família). As autoras relatam a dificuldade em vencer o modelo hegemônico, presente nas demandas por atendimentos individuais e na falta de oportunidades à realização de práticas grupais, voltadas aos processos coletivos e às necessidades da comunidade. Apesar disso, buscam alternativas de intervenção comunitárias, realizando, por exemplo, entrevistas e visitas às famílias.

As visitas domiciliares têm sido comuns tanto nas equipes de saúde como nas de assistência social. Embora a razão apresentada seja fazer o acompanhamento das famílias, com que olhar e intenção adentram os profissionais na casa e na intimidade das pessoas? Sem dúvida os aspectos éticos desta prática merecem cuidadosa atenção, sobretudo se levarmos em conta que, muitas vezes, a solicitação da visita não é feita pelos moradores, sendo uma demanda da própria equipe/instituição.

No campo formado sob a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), encontramos vários dispositivos com a finalidade de garantir os direitos sociais e a cidadania, promovendo a inclusão e o protagonismo social, além da atenção básica às necessidades humanas. Um dos principais dispositivos é o SUAS (Sistema Único da Assistência Social), criado em 2005 para implementar a assistência social, sobretudo visando ao atendimento das famílias consideradas em situação de vulnerabilidade social¹. Na ponta desse Sistema, e se constituindo como sua fundamental porta de entrada, estão os CRAS (Centros de Referência da Assistência Social), criados em 2003 com a função de acolher as demandas sociais e executar ações delineadas nos diferentes Programas Sociais, dentre as quais pode-se citar o PAIF (Programa de Atenção Integral às Famílias).

O CRAS é responsável pela rede de proteção social básica do SUAS, voltada primordialmente à potencialização da família. Para tanto, diversos serviços e benefícios são disponibilizados com “o objetivo de prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários em casos de violação de direitos sociais” (CRUZ, 2009, p. 13). A noção de risco bem como a categoria “vulnerabilidade social” tem sido os marcadores utilizados no próprio discurso das políticas públicas para definir quem são seus usuários.

A produção de subjetividade atravessada pelo discurso da vulnerabilidade é posta em questão por Frezza, Maraschin e Santos (2009), ao analisarem as concepções de juventude construídas pelas políticas públicas. Segundo as autoras, embora usada para situações de exposição a dificuldades várias (sociais, econômicas, de educação, de trabalho...), a palavra vulnerabilidade diz da condição de se estar vulnerável a algo, e, mais do que dificuldades presentes, pressupõe o seu agravo futuro. No caso dos jovens, a vulnerabilização ao mesmo tempo em que lhes atribui um destino problemático (um futuro drogado, desempregado, criminoso), autoriza a intervenção do Estado, para “reencaminhá-lo” na via das políticas públicas. Contudo, vulnerabilizar os jovens de baixa renda pode em seus efeitos se revelar uma forma instituída de os estigmatizar: “o emblema de vulnerabilização conferido a esses jovens pode intensificar o processo de exclusão e, também, despotencializar o campo de ação dos mesmos” (Ibid., p. 321).

¹ Situações de vulnerabilidade e riscos englobariam: “famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social” (BRASIL, 2005, p. 33).

Como se infere a partir de alguns aspectos até aqui abordados, o trabalho do psicólogo no contexto das políticas públicas é complexo e sua *práxis* encontra-se ainda em construção. Na tentativa de contribuir com este processo, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) criou, em 2006, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), que vem reunir informações e disponibilizar referências aos profissionais que atuam ou pretendem atuar nesta área. Além disso, pesquisas acadêmicas têm se voltado à investigação dos modos de atuação da Psicologia nas políticas públicas, constatando em geral a escassez de intervenções de cunho psicossocial, como salientado por Cruz (2009): “Urge redefinir o foco das atividades realizadas pelo psicólogo, de modo que haja predominância por práticas coletivas com enfoque na família e em atividades comunitárias, reduzindo as práticas individualizantes” (Ibid., p. 24).

A pesquisa de Macedo e Dimenstein (2009) menciona também este aspecto, mas focando as concepções e práticas de cuidado de psicólogos no campo das políticas públicas, a partir de problematizações foucaultianas. A partir de observação participante e entrevistas com psicólogos em serviços de CRAS e UBS, constatam ali a existência de duas formas de produção de cuidado. Na visão da maioria, o cuidado aparece como intervenção especializada, vinculada ao modelo biomédico, com o objetivo de auxiliar as pessoas a melhorar suas vidas, no sentido de que se tornem saudáveis, produtivas, conscientes de seus direitos. Para uma minoria dos psicólogos, o cuidado é compreendido como um campo de possibilidades, como encontro entre pessoas, aberto às diferenças, para além de expectativas prévias, traçadas pelas políticas ou pelo próprio serviço.

Na produção do cuidado que emerge vinculada à produção da diferença, as práticas *psi* têm contribuído para a configuração de formas de resistência no campo das políticas públicas (MACEDO; DIMENSTEIN, 2009). Alguns aspectos que caracterizam esta outra forma de cuidar são a valorização do encontro com o(s) usuário(s) como um espaço de participação, coletivamente construído, o compromisso com a produção de redes de cuidado, o fortalecimento dos vínculos comunitários. Um dos exemplos trazidos neste sentido é a experiência com um grupo de idosos, inicialmente formado em uma UBS para o controle regular da saúde (medir índices de hipertensão e diabetes e distribuir medicamentos), mas que se transforma progressivamente em um grupo de convivência. O grupo passa a agregar outras atividades, de lazer, físicas, culturais, tornando-se um lugar para compartilhar histórias e vivências, para potencializar sentidos e afetos.

Outros trabalhos têm sido produzidos nesta direção apontada por Benevides (2005) ao debater as interfaces entre a Psicologia e o SUS. São trabalhos

que criticam a separação entre Psicologia e política e incitam à produção de novos modos de estar com o usuário, para além da tradicional clínica individual. Essa mudança, porém, está atrelada à própria revisão nos modos de se conceber saúde e estratégias à sua promoção, reconhecendo-as como processos eminentemente psicossociais (TRAVERSO-YÉPEZ, 2007). Neste sentido, Romero e Pereira-Silva (2011) analisam a contribuição da Psicologia na gestão de um hospital da rede pública de saúde, tendo em vista a implementação da Política Nacional de Humanização (PNH) na instituição. A PNH foi criada pelo Ministério da Saúde, em 2003, para, entre outras coisas, favorecer a gestão participativa. Todavia, a pesquisa de Quintanilha, Sodré, Dalbello-Araújo (2013) mostra que, independente de dispositivos institucionais, usuários do SUS se manifestam em diversos momentos e de formas imprevistas, questionando o serviço e afirmando suas necessidades, em uma participa o social rizomática, que caracteriza movimentos de resistência frente ao estabelecido.

Seja atuando no âmbito das políticas de saúde ou de assistência social, o psicólogo poderá contribuir construindo espaços de diálogo e intera o entre os atores, mediando a discussão de práticas sociais e institucionais e incentivando o protagonismo dos sujeitos. Mais do que uma técnica ou do que uma metodologia específica de atuar em políticas públicas, a interven o em Psicologia requer uma postura sensível na rela o ao outro. Uma postura de acolhimento às diversidades, voltada aos processos de singulariza o,   valoriza o e inven o de outros modos ser, outros mundos de se viver. Nesta proposta, as oficinas estéticas podem ser um importante dispositivo de interven o psicossocial.

Oficinas estéticas: uma via a diferir

O uso de oficinas no trabalho com grupos não   algo novo na Psicologia. Como recorda Kastrup (2012), na história da saúde mental as oficinas se diferenciam a partir das terapias ocupacionais nas institui es psiquiátricas, trazendo como proposta a inser o de atividades que são mais do que uma simples ocupa o ou passatempo às pessoas. Sua finalidade   primordialmente terapêutica, criando um espaço diferenciado de convivência, aprendizagem e desenvolvimento interpessoal. Oficinas de artes, de inclusão digital, de fotografia, dentre tantas outras possíveis, podem ser compreendidas como tecnologia social, uma técnica relacional mediada por atividades que atuam na produ o de subjetividade e assim se constituem como “espaços de aprendizagem que são, ao mesmo tempo, dispositivos de pesquisa e interven o, e que atuam tanto no nível dos participantes quanto no nível institucional” (Ibid., p. 173).

O livro *Oficinando em rede*, de Maraschin, Fransisco e Diehl (2011), apresenta uma pesquisa-intervenção que investigou as potencialidades da inserção de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nos serviços de atenção à saúde mental. A pesquisa foi realizada em um Centro Integrado de Atenção Psicossocial (CIAPs), onde crianças e adolescentes em atendimento participaram de oficinas de informática. A proposição das oficinas era que as ferramentas existentes no computador e a interação em rede estimulassem a produção de narrativas e o exercício da autoria. Várias atividades foram desenvolvidas neste sentido, entre as quais fotografia, produções escritas individuais, participação em *chats*, e criação de um *blog* coletivo do CIAPs. Essas oficinas ampliaram as possibilidades de comunicação e a rede de relacionamento social dos participantes, transportando-lhes para fora do contexto institucional e, assim, contribuindo à virtualização novas perspectivas.

Oficinas podem ser, portanto, ao mesmo tempo dispositivo² de intervenção e pesquisa, sendo esta compreendida como prática social que envolve relações entre pessoas na busca por (re)conhecer e/ou formular soluções a uma situação específica (ZANELLA, 2008). É uma ação ao mesmo tempo ética, estética e política (ZANELLA; SAIS, 2008), porque permeada por valores, sensibilidade criativa e escolhas pessoais, cujos efeitos vão além do próprio agente. É nesta perspectiva que se concebem as oficinas como dispositivo de pesquisa-intervenção, compartilhando da assertiva de Maraschin (2004) ao afirmar que “Todo pesquisar é uma intervenção, criação de sujeitos, objetos, conhecimentos, territórios de vida” (p. 105).

Como mostram Maraschin, Seibel e Gorczewski (2007), seja baseada em expressões artísticas, seja em recursos tecnológicos, as oficinas promovem uma interface entre Psicologia e práticas educativas, entendendo-se educação em um sentido ampliado, enquanto processos de ensinar-aprender que extrapolam a educação formal/escolar. Enquanto práticas educativas informais, as oficinas se apresentam como alternativa às estratégias que reverberam o tom protetivo-assistencialista das políticas públicas, tais como aquelas dirigidas a jovens ditos em situação de “vulnerabilidade e risco social”. Isso porque as oficinas promovem possibilidades outras de subjetivação, por meio do exercício da grupalidade, de formas de gestão coletiva e da criatividade.

As oficinas estéticas são intervenções psicossociais baseadas na atividade criadora e que podem utilizar diferentes linguagens artísticas: artes plásticas, música, escrita, dança, teatro, *graffiti*, lambe-lambe, vídeo, fotografia, etc. É

² Entendemos dispositivo como um conjunto heterogêneo de práticas, discursos, saberes e poderes que engendra múltiplas linhas: de visibilidade, de enunciação, de força, de subjetivação e de fissuras, por meio das quais nos (re)construímos socialmente (DELEUZE, 1996). Conceber as oficinas estéticas como dispositivo é apostar, de acordo com a definição de Deleuze, na potência das atividades desenvolvidas no sentido de provocar visibilidades e dizibilidades, de promover fissuras e constituir novos possíveis.

uma prática que se fundamenta na noção de educação estética (VYGOTSKI, 2001), uma educação necessária à reinvenção da vida (ZANELLA, 2007), tendo como objetivos principais “a produção de novos sentidos, de novas possibilidades de olhar, ouvir e sentir a realidade” (Id., 2006, p. 38).

Trabalhos com oficinas estéticas têm sido realizados no campo das políticas públicas, muitos dos quais desenvolvidos com jovens (MAHEIRIE et al., 2008; STRAPPAZZON et al., 2008; LEVITAN, FURTADO; ZANELLA, 2009; CASTILLO; ZANELLA, 2011; COSTA et al., 2011; FURTADO et al., 2011). Tais estudos indicam que a arte pode ser uma ferramenta a potencializar transformações nos contextos grupais, por meio da configuração de outras imagens, sentidos e cenários para as pessoas e suas vidas. Ressalta-se aqui a função social da arte que, para Vygostki (1998), está precisamente em sua capacidade de transformação da realidade, sintetizada pelo autor da seguinte forma: “A arte está para a vida como o vinho para a uva” (Ibid., p. 307). A arte parte da vida, mas produz acima dela. Mais do que uma expressão da vida como ela é, a arte imagina e constitui possibilidades para que outros possam imaginar a vida como pode vir a ser: “É precisamente a atividade criadora do homem que o faz um ser projetado para o futuro, um ser que contribui a criar e modificar seu presente” (Id., 1990, p. 9).

Quando se fala em oficinas estéticas, é necessário precisar de quê estética se fala. Não se trata aqui de estética como disciplina que estuda o belo, mas enquanto relações estéticas (SÁNCHEZ-VÁZQUEZ, 1999). Toda atividade estética, seja a criação de um objeto estético ou a sua contemplação, funda-se em relações sociais, configurando-se a arte como um modo específico de comunicação social entre eu e outro(s) (VOLOSHINOV; BAKHTIN, 1976). As relações estéticas se diferenciam das relações prático-utilitárias e cognitivo-produtivas, predominantes em nosso cotidiano, constituindo uma experiência outra, que descortina ao ser humano novos horizontes, pois “possibilitam ao sujeito desprender-se da realidade vivida e emergir em outra, mediada por novas significações que, uma vez apropriadas, contribuem ao redimensionamento e ressignificação do próprio viver/existir” (ZANELLA, 2007, p. 489).

Um exemplo de trabalho com oficinas estéticas no campo das políticas públicas é apresentado por Furtado et al. (2011), que relatam a experiência com oficinas de improvisação teatral oferecidas para jovens moradores de uma comunidade de periferia, alvo das políticas de assistência social. Trata-se de uma pesquisa-intervenção que discute a potencialidade das oficinas de teatro à modificação das imagens de si, apresentadas pelas jovens que participaram do grupo. A partir da análise dos encontros desenvolvidos e de entrevistas realizadas com os sujeitos, constatou-se que por meio da improvisação teatral as jovens protagonizavam cenas de seu cotidiano, cujos conflitos se mesclavam

às histórias das personagens. O imprevisto também favorecia o encontro com a diferença, a vivência lúdica de outras imagens de si, onde a mediação do outro se fazia fundamental.

Outro exemplo é dado por Meurer e Gesser (2009), que relatam a experiência desenvolvida com adolescentes, junto a uma entidade de apoio psicossócio-educativo. Neste caso, oficinas estéticas baseadas em diferentes atividades de criação foram propostas com a finalidade de ampliação do campo perceptivo e imaginativo dos participantes, em relação a temáticas pertinentes ao grupo. Conforme explicam as autoras, ideias e práticas relacionadas à sexualidade, uso de drogas e escolha profissional ganharam forma por meio de desenhos, teatro com fantoches, músicas, podendo ser aí refletidas e muitas vezes ressignificadas pelos jovens.

Uma interessante possibilidade de linguagem a mediar oficinas estéticas é a fotografia. Como discute Zanella (2013), as fotografias vêm sendo utilizadas nas pesquisas em Psicologia Social não apenas como registro produzido sob o ponto de vista do pesquisador, mas como produção discursiva dos próprios sujeitos, convidados a fotografar a partir de uma proposta temática ou não. Um exemplo citado pela autora é a pesquisa de Titon (2008), que investigou as relações de alguns jovens com a cidade, por meio de fotografias que eles tiraram sobre alguns de seus locais/paisagens.

Já Strappazzon et al. (2008) relatam uma experiência de trabalho em Psicologia Social-Comunitária onde a fotografia foi instrumento de intervenção que potencializou a ressignificação biográfica de jovens. Eles eram participantes de oficinas cuja proposta era utilizar a câmera fotográfica em passeios estéticos pela comunidade, registrando situações, objetos e temas sob um olhar de estranhamento do familiar. Ao final foram realizadas exposições fotográficas dos trabalhos produzidos, contribuindo para que os jovens fossem vistos de um outro modo e se reconhecessem como criadores. Fotografar é dar visibilidade, é atribuir importância, é assumir um ponto de vista. Nas oficinas estéticas é um ver que engendra múltiplas possibilidades de se rever. No contexto de intervenções psicossociais com grupos-alvo das políticas públicas, a produção de imagens fotográficas pode ser um dispositivo à expressão e reflexão das pessoas, dando (trans)visibilidade a diversas temáticas, como explica Zanella:

Fotografias-ferramentas, imagens-signo que refletem a situação fotografada e ao mesmo tempo a refratam, assim como se caracterizam como objetivação da subjetividade do seu produtor e ao mesmo tempo ferramenta para a reflexão que engendrará o movimento de transformação de seus próprios agentes. (ZANELLA, 2013, p. 92)

Oficinas estéticas são, portanto, um instrumento para fazer pontes entre a vida e a arte, a realidade e a imaginação, entre passado presente e futuro, eu e um outro. Entendemos com Voloshinov e Bakhtin (1976) que a relação entre arte e vida é dialética e dialógica, pois a obra artística não somente reflete, mas também retrata a realidade. A produção de subjetividade mediada pela atividade artística é também um processo dialético, onde o sujeito ao criar uma obra se recria como outro: “Nos processos de criação artística, o ser humano se objetiva e subjetiva, transformando realidades, criando significados para si e para os outros” (ZANELLA et al., 2005, p. 198).

A criatividade é hoje um tema/lema de interesse público, pela demanda de nossa sociedade e sua lógica de produção capitalística a exigir cada vez mais do mesmo: sujeitos cada vez mais criativos, cujas inovações façam girar mais rápido esta grande roda em que rodamos todos. É com olhar crítico que procuramos nos desviar desta expectativa que dirige a criatividade à reprodução de um sistema social excludente e intolerante às diferenças, afirmando o sentido da arte como força de resistência, a criatividade aplicada à vida, passível de ser reconstruída, (re)criada segundo uma ética-estética da existência. Como nos alertam Guattari e Rolnik, falando sobre os caminhos possíveis aos profissionais que se interessam pelo discurso do outro (psicólogos, assistentes sociais, educadores...):

Eles se encontram numa encruzilhada política e micropolítica fundamental. Ou vão fazer o jogo dessa reprodução de modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização, ou, ao contrário, vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam pôr para funcionar (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 29).

Não se crê que as oficinas estéticas sejam uma metodologia *a priori* produtora de processos de singularização, mas sim uma direção possível, uma opção no sentido de construir práticas discursivas e relações outras, de partilhar experiências, sentidos e afetos, de reconhecer a pluralidade que nos constitui, bem como a polissemia da vida. Na produção de uma obra artística podem se objetivar novas formas e sentidos acerca do mundo e de si mesmo, engendrando aos sujeitos modos alternativos de subjetivação, ou processos de singularização, como diriam Guattari e Rolnik (1986).

A atividade estético-criadora é caracterizada pelo movimento de transformar a realidade via imaginação, transformando-a bem como a si próprio neste processo (ZANELLA et al., 2005). Como defende Bakhtin, “O ato estético dá a luz o existir em um novo plano axiológico do mundo” (2003, p. 177), ou seja, o ato criador coloca o plano existencial sob outro ponto de vista, ilumi-

nado-o em uma visão diferente e sob outros valores. A atividade artística possibilita então o exercício de um olhar de estranhamento frente aos instituídos, que denominamos de olhar estético (REIS et al., 2004).

Nosso olhar não é um fato natural, mas constituído histórica e socialmente. Em contrapartida à nossa percepção cotidiana, caracterizada por uma série de automatismos, o olhar estético não é passivo, no sentido de que ele não se limita a reconhecer na realidade visada um sentido (pré)determinado e evidente por si mesmo. É antes um olhar ativo e criativo: “um olhar mais livre na sua apreensão significativa do mundo, pois busca outros ângulos de leitura” (Ibid., p. 54), produzindo sentidos e plasmando na imaginação novas imagens do mundo e de si próprio.

As oficinas estéticas, ao promoverem o desenvolvimento de olhares estéticos, podem contribuir para que os beneficiários das políticas públicas possam olhar para a própria vida de um outro lugar, reconhecendo-se como sujeitos da própria história. Isso não quer dizer cair na culpabilização individual, pois a história de cada um sempre é criação coletiva, é produção social, mas nem por isso somos determinados: onde há poder, há resistência, já disse Foucault (1999). Resistir é deixar de se repetir para devir. E nesse movimento contribui sensivelmente o olhar estético, que rompe com o imediato, brincando com a polissemia que conota a realidade como multifacetada (ZANELLA, 2004).

A noção de olhar estético dialoga com o conceito de “excedente de visão”, utilizado por Bakhtin (2003) para se referir à visão do autor-criador em seu distanciamento essencial em relação à personagem. É precisamente esse distanciamento, pela sua posição exterior, que permite ao autor ver além do que ela própria veria em si mesma. De modo semelhante, durante as oficinas estéticas, a tarefa de objetivar aspectos de sua história em uma linguagem artística convida o sujeito ao distanciamento do vivido, podendo nele provocar uma visão diferente sobre si e sobre a própria existência. Como ferramenta à intervenção psicossocial, considera-se que a função das oficinas estéticas, mediadas pela arte, “não é o adorno da vida, mas a elaboração criadora da realidade, dos objetos e seus próprios movimentos, que aclara e promove as vivências cotidianas ao nível de vivências criadoras” (VYGOTSKI, 2001, p. 352).

Considerações finais

Diante do exposto, é possível afirmar as oficinas estéticas não só como possibilidade de reinvenção das práticas *psi* no campo das políticas públicas, mas ainda como reinvenção de caminhos existenciais aos atores aí envolvidos.

Se uma das tarefas do psicólogo que atua nesse campo é promover o protagonismo social e autonomia das pessoas, dos grupos, das comunidades, isso implica no exercício fundamental do direito à liberdade e na não imposição de modelos de ser, de sentir, de pensar, de se expressar. Por meio de atividades artísticas de (auto)produção e da convivência ético-afetiva, as oficinas engendram a (re)experiência de si a partir do coletivo (KASTRUP, 2012).

Como abertura a acontecimentos, as oficinas estéticas são um dispositivo aos processos de singularização, que podem engendrar linhas de fuga no contexto das políticas públicas: um desvio às práticas normativas, um caminho não sabido, um tanto descabido, aberto ao impossível, à invenção do visível, na teia dizível do sentido, na veia risível do vivido...

Referências

AMARAL, Marília dos Santos; GONÇALVES, Cristiane Holzschuh; SERPA, Monise Gomes. Psicologia Comunitária e a Saúde Pública: relato de experiência da prática Psi em uma Unidade de Saúde da Família. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília v. 32, n. 2, p. 484- 495, 2012.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BENEVIDES, Regina. A Psicologia e o Sistema Único de Saúde: quais interfaces? *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v.17, n. 2, p. 21-25, mai./ago. 2005.

BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

BRIGAGÃO, Jaqueline; NASCIMENTO, Vanda Lúcia; SPINK, Peter Kevin. As interfaces entre Psicologia e políticas públicas e a configuração de novos espaços de atuação. *Revista de Estudos Universitários*, Sorocaba, v. 37, n. 1, p.199-215, jun. 2011.

CASTILLO, Percy Francisco Vellarde; ZANELLA, Andréa Vieira. O movimento de (re)criar mediado pelo outro em oficinas de improvisação teatral. *Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)*, Jaén (Espanha) e Florianópolis, n. 6, p. 63-76, jul. 2011.

CFP- Conselho Federal de Psicologia. *Código de ética profissional do psicólogo*. Brasília, DF: CFP, 2005.

COIMBRA, Cecília. Psicologia Social, políticas públicas e biopoder. In: TATSCH, Dirce; GUARESCHI, Neuza; BAUMKARTEN, Silvana (Orgs.). *Tecendo relações e intervenções em Psicologia Social*. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2009. p. 161-173.

COSTA, Cláudia Regina; SANTOS, Maíra Mendes; FRANCO, Kelly Silva; BRITO, Afonso de Oliveira. Música e transformação no contexto da medida socioeducativa de internação. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, v. 31, n. 4, p. 840-855, 2011.

CRUZ, José Marcos de Oliveira. Práticas Psicológicas em Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). *Psicologia & m foco*, Aracaju, v.2, n.1, p.11-27, jan./jun. 2009.

REIS, Alice Casanova dos; ZANELLA, Andrea Vieira. *Psicologia Social no campo das políticas...*

DELEUZE, Gilles. *O mistério de Ariana*. Lisboa: Ed. Vega/Passagens, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 14 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREZZA, Marcia; MARASCHIN, Cleci; SANTOS, Nair Silveira. Juventude como problema de políticas públicas. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v.21, n.3, p.313-323, set/dez 2009.

FURTADO, Janaína Rocha et al. Teatro sem vergonha: jovens, oficinas estéticas e mudanças nas imagens de si mesmo. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, v.31, n.1, p.66-79, mês [não tem esse dado na revista] 2011.

KASTRUP, Virgínia. Fazendo Psicologia no campo da saúde mental: as oficinas de tecnologia e tecnologias sociais. In: PALOMBI, Analice Lima; MARASCHIN, Cleci; MOSCHEN, Simone (Orgs.). *Tecnologias em rede: oficinas de fazer saúde mental*. Porto Alegre: Sulina, 2012. p.173-178.

LEVITAN, Déborah; FURTADO, Janaína; ZANELLA, Andréa Vieira. Jovens, imagens de si e a cidade: discursos em movimento. *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*, São Paulo, v.19, n.2, p.283-296, ago. 2009.

GUARESCHI, Neuza; LARA, Lutiane & ADEGAS, Marcos Azambuja. Políticas públicas: entre o sujeito de direitos e o homo economicus. *Psico*, Porto Alegre, v.41, n.3, p.332-339, jul/set 2010.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

MACEDO, João Paulo; DIMENSTEIN, Magda. Psicologia e a produção do cuidado no campo do bem-estar social. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 293-300, set./dez. 2009.

MAHEIRIE, Kátia et al. (Re)composição musical e processos de subjetivação entre jovens de periferia. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v.60, n.2, p.187-197, jun. 2008.

MARASCHIN, Cleci; SEIBEL, Carolina; GORCZEWSKI, Deisemer. Interfaces entre educação não-formal e juventude. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; SATO, Leni (Orgs.). *Diálogos em Psicologia Social*, Porto Alegre: Evangraf, 2007. p.75-86.

MARASCHIN, Cleci. Pesquisar e intervir. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v.16, n.1, p.98-107, No. Especial 2004.

MARASCHIN, Cleci (Org.) *Oficinando em rede: oficinas, tecnologias e saúde mental*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

MEURER, Bruna; GESSER, Marivete. Tessituras em Psicologia Social: relato de experiência com adolescentes. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, v.3, n.2, p.235-242, mar. 2009.

PIRES, Maria Coeli Simões. Políticas públicas e Psicologia: uma nova relação sob o paradigma democrático. *Perspectivas em Políticas Públicas*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.133-156, jan/jun 2008.

QUINTANILHA, Bruna Ceruti; SODRÉ, Francis; DALBELLO-ARAÚJO, Maristela. Movimentos de resistência no Sistema Único de Saúde (SUS): a participação rizomática. *Interface*, Botucatu, v.17, n.46, p.561-573, set 2013.

REIS, Alice Casanova et al. Mediação pedagógica: reflexões sobre o olhar estético em contexto de escolarização formal. *Psicologia Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v.17, n.1, p.51-60, 2004.

ROMERO, Norma Susana; PEREIRA-SILVA, Nara Liana. O psicólogo no processo de intervenção da política nacional de humanização. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v.23, n.2, p.332-339, mai./ago. 2011.

SÁNCHEZ-VÁZQUEZ, Adolfo. *Convite à estética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

STRAPPAZZON, André et al. A criação fotográfica e o aumento da potência de ação: experiências e possibilidades. *Cadernos Psicopedagogia*, São Paulo, v.7, n.12, 2008. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-10492008000100002&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 23 out. 2013.

TITON, Andréia. *Jovens de baixa renda de Florianópolis/SC e suas relações na e com a cidade*. 2008, 157 fl. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2008.

TRAVERSO-YÉPEZ, Martha. Dilemas na produção da saúde no Brasil: reflexões em torno da política nacional. *Interface*, Botucatu, v.11, n.22, p.223-38, mai./ago. 2007.

VYGOTSKI, Lev Semenovitch. *La imaginación y el arte en la infancia*. Madrid: Akal, 1990.

_____. *Psicologia da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *Psicologia pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VOLOSHINOV, Valentin Nicolaevich; BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Discurso na vida e discurso na arte*. Tradução de C. Faraco e C. Tezza para uso didático. 1976. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/96529004/M-Bakhtin-Discurso-Na-Vida-Discurso-Na-Arte>. Acesso em: 12 out. 2012.

ZANELLA, Andréa Vieira et al. Movimento de objetivação e subjetivação mediado pelo criação artística. *Psico-USF*, Itatiba, v.10, n. 2, p. 191-199, jul./dez. 2005.

ZANELLA, Andréa Vieira. Atividade criadora, produção de conhecimentos e formação de pesquisadores: algumas reflexões. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 135-145, 2004.

ZANELLA, Andréa Vieira. Pode até ser flor se flor parece a quem o diga: reflexões sobre Educação estética e o processo de constituição do sujeito. In: DA ROS, Sílvia Zanatta; MAHEIRIE, Kátia; ZANELLA, Andréa Vieira (Orgs.). *Relações estéticas, atividade criadora e imaginação: sujeitos e (em) experiência*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2006. p. 33-47.

_____. Educación estética y actividad creativa: herramientas para el desarrollo humano. *Univ. Psychol*. Bogotá, v. 6, n. 3, p. 483-492, set./dez. 2007.

_____. Reflexões sobre a escrita da pesquisa como tecnologia de (re)criação de si. *Informática na educação: teoria & prática*, Porto Alegre, v.11, n.1, p.28-37, jan/jun. 2008.

REIS, Alice Casanova dos; ZANELLA, Andrea Vieira. Psicologia Social no campo das políticas...

_____. *Perguntar, registrar, escrever: inquietações metodológicas*. Porto Alegre: Sulina/UFRGS, 2013.

ZANELLA, Andréa Vieira; SAIS, Almir Pedro. Reflexões sobre o pesquisar em Psicologia como processo de criação ético, estético e político. *Análise Psicológica*, Lisboa, v. 26, n. 4, p. 679-687, out. 2008.

ZURBA, Magda do Canto. Trajetórias da Psicologia nas políticas públicas de saúde. In: ZURBA, Magda do Canto (Org.). *Psicologia e Saúde Coletiva*. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2012. p. 25-37.

Submissão em: 29/11/2013

Aceite em: 22/02/2014

Alice Casanova dos Reis é doutora em Psicologia Social pela USP, Pesquisadora do NUPRA (Núcleo de Pesquisa em Relações Éticas, Estéticas e Processos de Criação da UFSC), Professora de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais de Santa Catarina - CESUSC.
Endereço: Serv. Estrela Açoriana, 18. CEP 88050-034. Florianópolis, SC.
E-mail: alicecasanova@yahoo.com.br

Andréa Vieira Zanella é doutora em Educação pela PUC-SP. Professora Associada da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
E-mail: azanella@cfh.ufsc.br